

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
1º QUADRIMESTRE DE 2018
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 30/05/2018

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 1º Quadrimestre de 2018, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e site da Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. METAS FISCAIS

1.1 – RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Janeiro a Abril de 2018, o resultado primário foi de R\$ 3.908.193,42. Esse valor é

R\$ 2.851.560,37, superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ 1.056.633,05. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar suficiências, para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 951.484,39 no período.

RECEITA	Programado no período	Realizado no período	% Real / Progr.
Receitas Correntes	31.150.356,64	30.083.048,58	96,57%
(-) Rendimentos de Aplicações	(2.883.959,71)	(1.479.137,61)	51,29%
(-) Deduções da Receita Corrente	(3.227.955,40)	(3.135.345,76)	97,13%
1 (=) Receitas Primárias Correntes	25.038.441,53	25.468.565,21	101,72%
Receitas de Capital	1.202.659,19	818.660,53	68,07%
(-) Operações de Crédito	(1.070.000,00)	(199.365,62)	18,63%
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	(5.135,90)	-
(-) Alienação de Ativos	0,00	0,00	-
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00	(804,64)	-
2 (=) Receitas Primárias de Capital	132.659,19	613.354,37	462,35%
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	25.171.100,72	26.081.919,58	103,62%
DESPESA	Programado no período	Realizado no período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	22.472.641,03	20.519.298,26	91,31%
(-) Juros e Encargos da Dívida	(288.500,00)	(119.900,41)	41,56%
4 (=) Despesas Primárias Correntes	22.184.141,03	20.399.397,85	91,95%
Despesas de Capital	547.558,68	2.605.912,29	475,91%
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00%
(-) Amortização da Dívida	(375.227,31)	(831.583,98)	221,62%
5 (=) Despesas Primárias de Capital	172.331,37	1.774.328,31	1029,60%
6 Reserva de Contingência	144.066,67	0,00	0,00%
7 Reserva do RPPS	1.613.928,60	0,00	0,00%
8 Despesas Primárias Liquidas (4+5+6+7)	24.114.467,67	22.173.726,16	91,95%
9 Resultado Primário (3 - 8)	1.056.633,05	3.908.193,42	369,87%
10 Saldos de Exercícios Anteriores		2.198.237,16	

O superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 26.081.919,58, correspondendo a 103,62% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da

dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 22.173.726,16. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário 191,56% acima da projeção para o período.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, o resultado primário aumentou em 170,34%, ou seja, no 1º quadrimestre de 2017 o resultado primário foi de R\$ 1.445.385,75.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO				
SÉRIE HISTÓRICA	1º Quadrim/2015	1º Quadrim/2016	1º Quadrim/2017	1º Quadrim/2018
Receita Primária	20.675.159,99	21.589.473,24	22.969.861,28	26.081.919,58
Despesa Primária	15.414.324,02	19.796.767,55	21.524.475,53	22.173.726,16
Resultado Primário	5.260.835,97	1.792.705,69	1.445.385,75	3.908.193,42

Observações:

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN nº 495/2017 (MTDF), no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.

1.2 – ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ (6.094.392,57), superior à previsão para o período que era de R\$ 243.716,02. O Resultado Nominal que estamos considerando foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação da Dívida Fiscal Líquida do final de 2017, que era de R\$ (11.894.930,48), menos a Dívida Fiscal Líquida em Abril de 2018, que é de R\$ (17.989.323,05). Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no

final do exercício anterior ao de referência, sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit.

QUADRO 2 – RESULTADO NOMINAL			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Dívida Consolidada	4.051.373,09	4.412.375,70	108,91%
(-) Disponibilidades Financeiras	13.028.379,09	22.401.698,75	171,95%
Dívida Consolidada Líquida	(8.977.006,00)	(17.989.323,05)	200,39%
Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00%
Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00%
Dívida Fiscal Líquida	(8.977.006,00)	(17.989.323,05)	200,39%
Resultado Nominal	243.716,02	(6.094.392,57)	-2500,61%

Fonte: Programação Financeira e RREO

Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo inferior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma diminuição no nível de endividamento municipal, evidenciando o atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20, observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de **(24,41%)**, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Dívida Consolidada Líquida ao final do quadrimestre totalizou R\$ (14.347.972,97), demonstrando um decréscimo de 55,52% em relação ao saldo do final do exercício de 2017 o qual foi influenciado, principalmente, pelo acréscimo da Disponibilidade Financeira. Em decorrência desse acréscimo, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em (24,41) negativos, contra (15,91) negativos no período anterior, como podemos observar no quadro abaixo.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	SALDO ATUAL	VAR %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)	3.645.100,40	4.412.375,70	21,05%
Dívida Contratual	3.645.100,40	4.412.375,70	21,05%
FINAME - Caminhos da Escola 40/02423-7	38.596,80	26.233,17	-32,03%
PIMES/BADESUL - Contrato 069/2014	485.139,86	400.767,70	-17,39%
PIMES/BADESUL - Contrato 033/2016	875.000,02	791.666,70	-9,52%
BRDE/BNDES - Contrato 64.987/2016	1.366.679,86	1.296.536,24	-5,13%
BRDE/BNDES - Contrato 64.988/2017	735.553,86	697.806,27	-5,13%
PIMES/BADESUL - Contrato 21/2017	0,00	199.365,62	-
Parcelamento Aquisição Imóvel - 18.500	144.130,00	0,00	-100,00%
Parcelamento Aquisição Imóvel - 18917	0,00	1.000.000,00	-
DEDUÇÕES (2)	12.870.833,27	18.760.348,67	45,76%
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.528.404,93	14.639.524,57	53,64%
Demais Haveres Financeiros	4.233.188,96	4.164.035,85	-1,63%
(-) Restos a Pagar Processados	(890.760,62)	(43.211,75)	-95,15%
DÍVIDA CONS. LÍQUIDA - DCL (1 - 2)	(9.225.732,87)	(14.347.972,97)	55,52%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	57.986.981,02	58.770.257,65	1,35%
% DA DC sobre a RCL	6,29%	7,51%	
% DA DCL sobre a RCL	-15,91%	-24,41%	
Fonte: Programação Financeira e RREO			

2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2018 no montante de R\$ 85.224.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a abril de 2018 foi de R\$ 27.765.558,71, tendo sido arrecadado, portanto, 32,58% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 29.125.060,43,00 constante na programação financeira, demonstra um déficit de 4,67%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado negativo das receitas de capital, principalmente as referente as Operações de Crédito, que atingiu o percentual de realização equivalente a 16,90 % da programação anual.

QUADRO 4 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA					
Discriminação	Previsão Anual	Programado no Período	Realizado no Período	% Real. Ano	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	80.325.700,00	29.249.300,67	28.199.750,48	35,11%	96,41%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.884.500,00	5.855.940,57	5.629.378,80	43,69%	96,13%
Receita de Contribuições	2.919.500,00	748.789,28	749.845,05	25,68%	100,14%
Receita Patrimonial	7.237.600,00	3.587.459,71	2.344.399,95	32,39%	65,35%
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita de Serviços	329.100,00	154.118,00	74.428,83	22,62%	48,29%
Transferências Correntes	55.881.000,00	18.600.120,71	19.124.057,84	34,22%	102,82%
Outras Rec. Correntes	1.074.000,00	302.872,40	277.640,01	25,85%	91,67%
2 – Receitas de Capital	4.975.800,00	1.202.659,19	818.660,53	16,45%	68,07%
Operações de Crédito	1.180.000,00	1.070.000,00	199.365,62	16,90%	18,63%
Alienação de Bens	160.600,00	0,00	0,00	0,00%	-
Amortização de Empréstimos	13.400,00	4.466,67	5.135,90	38,33%	114,98%
Transfer. De Capital	3.558.100,00	104.344,88	596.869,41	16,77%	572,02%
Outras Rec. De Capital	63.700,00	23.847,64	17.289,60	27,14%	72,50%
3 - Operações Intra-Orçam.	8.500.800,00	1.901.055,97	1.883.298,10	22,15%	99,07%
4 (-) Deduç. da Receita	(8.578.300,00)	(3.227.955,40)	(3.136.150,40)	36,56%	97,16%
Total da Receita	85.224.000,00	29.125.060,43	27.765.558,71	32,58%	95,33%

2.1 – Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (Janeiro a Abril), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 29.249.300,67. Os valores realizados corresponderam a R\$ 28.199.750,48, **inferior 3,59%** da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de Transferências Correntes e a Tributária, que figuraram, respectivamente, com **68,88%** e **20,27%** do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das Transferências Correntes, que apresentou variação positiva de 102,82% em relação ao valor projetado para o período.

2.1.1 - Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 5.629.378,80, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 5.855.940,57, representa uma realização de 96,13% da projeção para o período.

QUADRO 5 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	4.489.950,89	4.403.428,97	98,07%
I R R F	709.913,37	785.893,41	110,70%
I P T U	2.173.248,10	1.971.705,12	90,73%
I T B I	183.449,41	379.304,18	206,76%
I S S Q N	1.423.340,01	1.266.526,26	88,98%
Taxas	1.177.489,00	984.929,21	83,65%
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	71.787,23	65.508,51	91,25%
Taxas p/ Prestação de Serviços	1.105.701,77	919.420,70	83,15%
Contribuição de Melhorias	188.500,67	241.020,62	127,86%
Total das Receitas Tributárias	5.855.940,56	5.629.378,80	96,13%

Fonte: Programação Financeira e Balançetes Orçamentários

Conforme demonstrado no Quadro 5, o **IPTU** arrecadou 90,73% da meta para o período, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 2.173.248,10, tendo sido arrecadados R\$ 1.971.705,12.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - **ITBI** - para o qual havia uma projeção de R\$ 183.449,41 para o período, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 379.304,18, 206,76% do valor previsto para o período. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um **acréscimo de 107,34 %** em relação a igual período do **exercício anterior**.

Em relação ao **ISSQN**, a arrecadação no período foi de R\$ 1.266.526,26, o que representa 88,98% da previsão para o período. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a implementação de uma política de combate à sonegação de impostos.

As **Taxas** apresentaram o ingresso de R\$ 984.929,21 contra uma projeção de R\$ 1.177.489,00. Arrecadou-se, portanto, 83,65 % da meta para o período.

As Receitas de **Contribuições de Melhoria** acumularam no ano, até o mês de Abril, o valor de R\$ 241.020,62, correspondendo a 127,86% da previsão para o período.

2.1.2 - Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de abril, o valor R\$ 749.845,05, correspondendo a 25,68% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da Contribuição Previdenciária de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas e registraram uma arrecadação de R\$ 443.795,83, correspondendo a 98,00% da projeção para o período.

QUADRO 6 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Contribuições Sociais	452.849,17	443.795,83	98,00%
Contribuições Previdenciárias	452.849,17	443.795,83	98,00%
Contribuições Econômicas	295.940,11	306.049,22	103,42%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	295.940,11	306.049,22	103,42%
Total das Receitas de Contribuições	748.789,28	749.845,05	100,14%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

2.1.3 - Transferências Correntes

Conforme se visualiza no Quadro 7, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – **FPM** –, que realizou **R\$ 5.266.106,48** no período, correspondendo a 33,33% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, evolução desta receita nos três exercícios anteriores, e projeções de crescimento real. No mesmo período do exercício anterior, haviam sido arrecadados R\$ 4.900.212,44, portanto neste exercício foram arrecadados R\$ **365.894,04 a maior** que no mesmo período do exercício anterior.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – **Lei Kandir** – realizou 98,35% do valor previsto para o período. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

Não houveram Transferências de **Convênios com a União** no período.

QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Transferências da União	5.996.513,41	6.376.032,02	106,33%
Cota parte do F P M	5.085.771,97	5.266.106,48	103,55%
Cota parte do I T R	1.911,69	1.418,81	74,22%
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	59.127,44	67.458,26	114,09%
Transf.do Fundo Nacional Saude	456.437,20	599.180,61	131,27%
Transferências do F N A S	33.419,70	81.285,06	243,22%
Transferências do F N D E	315.845,41	317.308,57	100,46%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	44.000,00	43.274,23	98,35%
Auxílio Financeiro - Esforço Exportador	0,00	0,00	-
Transferências do Estado	9.199.644,48	9.302.758,48	101,12%
Cota Parte do I C M S	6.905.023,57	6.836.944,94	99,01%
Cota Parte do I P V A	1.903.756,08	2.086.977,09	109,62%
Cota Parte do IPI / Exportação	96.590,76	116.175,67	120,28%
Cota parte da C I D E	20.919,06	20.820,73	99,53%
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	218.311,90	218.007,01	99,86%
Transferências de Convênios	55.043,11	23.833,04	43,30%

Fonte: Programação Financeira e Balançamentos Orçamentários

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no **ICMS**, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de **R\$ 6.836.944,94**, ou seja 30,71% da expectativa inicial, que é de R\$ 22.265.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao **índice** de participação do Município, que sofreu um **decréscimo de (6,99%)** em relação ao ano anterior. Devemos destacar que no dia 28 de dezembro de 2017 houve uma antecipação no valor do ICMS, que seria transferido na primeira semana de 2018, no valor de R\$ 419.192,04.

No mesmo período do exercício anterior haviam sido arrecadados R\$ 7.138.598,91 no valor da participação do Município no ICMS, obtendo um **declínio** de R\$ **4,23** em relação ao mesmo período do exercício anterior.

O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – **IPVA** – arrecadou R\$ 2.086.977,09, ou seja, 109,62% do projetado para o período.

Do Imposto sobre os Produtos Industrializados – **IPI/Exportação** – para o qual havia uma projeção de R\$ 96.590,76 para o período, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 116.175,67, 120,28% do valor previsto para o período.

As Transferências de **Convênios com o Estado** registraram o montante de R\$ 23.833,04, contra uma previsão de R\$ 55.043,11.

As **Outras Transferências Correntes** registraram o montante de R\$ 250,00, representando 0,11% do total previsto. Este comportamento é verificado, principalmente, nas rubricas das Transferências de Instituições Privadas e Pessoas, para um valor anual projetado de R\$ 220.000,00.

2.1.4 - Transferências do F U N D E B

QUADRO 8 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programado p/ período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Valores Recebidos do FUNDEB	3.375.213,50	3.391.399,55	100,48%
Valores Transferidos para o FUNDEB	(2.807.410,53)	(2.870.179,45)	102,24%
Ganho / Perda com o FUNDEB	567.802,97	521.220,10	91,80%
Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários			

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 16,45% do projetado para o exercício. A maior previsão e, também, maior frustração verificada nesse grupo ocorreu nas receitas de Operações de Crédito, que demonstraram um ingresso de 18,63% diante do projetado para o período, correspondendo a **R\$ 199.365,62**. Na composição dessa receita prevalece o item Transferências de Convênios, que teve desempenho favorável.

QUADRO 9 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	1.202.659,19	818.660,53	68,07%
Operações de Crédito	1.070.000,00	199.365,62	18,63%
Alienação de Bens	0,00	0,00	-
Amortização de Empréstimos	4.466,67	5.135,90	114,98%
Transferências de Capital	104.344,88	596.869,41	572,02%
Outras Receitas de Capital	23.847,64	17.289,60	72,50%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total empenhada, no período de janeiro a abril de 2018, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,83, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 4.640.348,16.

As Despesas Empenhadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até abril de 2018 totalizaram R\$ 23.125.210,55, valor equivalente a 100,46% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 20.519.298,26, correspondendo a 91,31% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 2.605.912,29, superior ao valor projetado para o período, em R\$ 1.601.996,94.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, as **despesas totais cresceram 11,84%**, sendo que as **despesas correntes** haviam totalizado R\$ **19.892.143,02**, obtendo um **incremento de 3,15%** no exercício de 2018, e as **receitas correntes cresceram 7,63%**.

QUADRO 10 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)			
Receita Realizada	Programada no período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	29.125.060,42	27.765.558,71	95,33%
Despesa Realizada	Programada no período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	22.472.641,02	20.519.298,26	91,31%
Pessoal e Encargos Sociais	14.634.307,69	14.370.546,61	98,20%
Juros e Encargos da Dívida	288.500,00	119.900,41	41,56%
Outras Despesas Correntes	7.549.833,33	6.028.851,24	79,85%
Despesas de Capital	547.558,68	2.605.912,29	475,91%
Investimentos	172.331,37	1.774.328,31	1029,60%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	375.227,31	831.583,98	221,62%
(2) Despesa Total	23.020.199,70	23.125.210,55	100,46%
Resultado Orçamentário (1 - 2)	6.104.860,72	4.640.348,16	76,01%
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	0,79	0,83	94,90%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

Observação: Conforme a Portaria STN nº 495/2017, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

3.1 – Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 119.900,41, correspondendo a 41,56% do total estimado para o período. Já

as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 831.583,98, representaram um desembolso correspondente a 221,62% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$ 199.365,62, para um valor amortizado de R\$ 831.583,98 e um pagamento de juros no valor de R\$ 119.900,41. Essa ocorrência indica, então, que o Município, honrou com a totalidade do pagamento dos juros, e realizou operações de crédito em um valor inferior a amortização do principal de sua dívida.

3.2 – Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos, estes foram superiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 172.331,37, apresentando uma execução de R\$ 1.774.328,31. Essa situação decorre da projeção de ingresso de Transferências de Convênios projetados para o período. Em termos analíticos, os principais investimentos liquidados, pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

QUADRO 11 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS do EXECUTIVO	VALOR
Abertura, Prolongamento, Pavim.e Restauração das Vias	1.146.322,80
Construção de Escola Educação Infantil	171.683,26
Construção de Centros de Esporte e Lazer	113.881,67
Construção de Escola Ensino Fundamental	105.160,41
Aquisição de moveis, equipamentos p/ Secretarias	84.030,94
Restauração e Melhorias nas Vias Rurais	50.277,76
Ampliação e Reforma de Centros de Esporte e Lazer	31.179,93
Ampliação e Reforma de Ginásio de Esporte em EMF	9.867,01
Ampliação do Abastecimento de Água Potável	4.810,70
Modernização e Reforma de Estádio Esportivo Municipal	256,50
Ampliação e Reformas em Escolas Ensino Fundamental	91,50
Ampliação da Rede de Iluminação Pública	82,94
Total	1.717.562,48
INVESTIMENTOS do LEGISLATIVO	VALOR
Aquisição de moveis, equipamentos p/ Legislativo	12.019,90
Total	12.019,90

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (maio/2017 a abril/2018) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de **43,07% para o Executivo e de 2,44% para o Legislativo.**

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 58.770.257,65 e está assim discriminada:

QUADRO 12 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	75.785.580,67
(-) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	(1.756.512,68)
(-) Deduções da Receita Corrente	(8.670.172,58)
(-) Contribuição dos Servidores para o RPPS	(1.915.441,60)
(-) Compensação Previdenciária recebida pelo RPPS	(959.861,11)
(-) Rendimentos de Aplicações do RPPS	(3.713.335,05)
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	58.770.257,65

QUADRO 13 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F				
PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	25.311.282,93	43,07%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	1.434.363,19	2,44%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	26.745.646,12	45,51%	57%	60%

Pode-se observar que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um **acréscimo** de **3,78** pontos percentuais para o Executivo e um **acréscimo** de **0,24** para o Legislativo, respectivamente. E em relação ao quadrimestre anterior a relação Despesa de

Pessoal/Receita Corrente Líquida obteve um **diminuição** de **1,07** pontos percentuais para o Executivo e uma **diminuição** de **0,18** para o Legislativo.

Comparado ao mesmo período do exercício anterior (1º quadrimestre/2018), a **despesa** com pessoal **aumentou 10,16%** para o executivo e **11,36%** para o legislativo, enquanto a Receita Corrente Líquida obteve um **aumento de 0,50%**.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL								
SÉRIE HISTÓRICA	2015		2016		2017		2018	
Executivo	18.693.774,43	39,91%	20.235.948,60	39,52%	22.976.987,76	39,29%	25.311.282,93	43,07%
Legislativo	1.110.237,74	2,37%	1.110.197,89	1,93%	1.288.008,97	2,20%	1.434.363,19	2,44%

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme metodologia do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 3.749.517,23, o que corresponde a **20,21%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município não atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal até o momento. Ressaltamos que o índice acima deve ser cumprido até o final do exercício.

Conforme demonstrado no Quadro 8, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi **superavitário** em relação ao FUNDEB. Assim, o ganho deverá ser deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 2.538.291,53, o que corresponde a 74,74% dos recursos do referido fundo, **atendendo** o dispositivo legal supracitado.

O quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, em abril, era de 168 professores e 87 demais servidores, e 31 estagiários totalizando 286 servidores.

O Município possui 6 escolas de Ensino Fundamental e 4 escolas de Educação Infantil. No exercício de 2018 há 405 alunos matriculados da educação infantil (creche), 295 na pré-escola, 654 nos anos iniciais, e 512 alunos nos anos finais, e EJA em torno de 50 alunos, totalizando 1.916 alunos matriculados.

QUADRO 14 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	51.066.800,00	18.555.036,25	36,33%
Receitas de Impostos	9.318.300,00	4.204.139,03	45,12%
Receitas de Transferências Constitucionais	41.748.500,00	14.350.897,22	34,37%
Impostos e Transferências Destinadas ao MDE - 25%	12.766.700,00	4.638.759,06	36,33%
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	
	(a)	(b)	
ENSINO FUNDAMENTAL	8.217.897,87	2.414.023,79	29,38%
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.939.740,07	1.365.822,42	27,65%
Outras Subfunções	1.738.900,00	498.550,16	28,67%
(+ / -) Perda/Ganho com o FUNDEB	(567.802,97)	(521.220,10)	91,80%
(-) Rendimentos da MDE e FUNDEB	(63.800,00)	(7.659,04)	12,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	14.264.934,97	3.749.517,23	26,28%
PERCENTUAL APLICADO - Mínimo de 25%	27,93%	20,21%	72,34%

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos constitucionais com Ações e Serviços Públicos de Saúde atingiram o montante de R\$ 2.908.918,11, o que corresponde a **15,68%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do limite de 15%

estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

QUADRO 15 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	51.066.800,00	18.555.036,25	36,33%
Receitas de Impostos	9.318.300,00	4.204.139,03	45,12%
Receitas de Transferências Constitucionais	41.748.500,00	14.350.897,22	34,37%
Receita Mínima a Aplicar em ASPS (15%)	7.660.020,00	2.783.255,44	36,33%
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
ATENÇÃO BÁSICA	4.459.399,00	1.486.107,56	33,33%
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.390.700,00	601.673,13	25,17%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	440.200,00	108.630,70	24,68%
VIGILANCIA SANITARIA	90.600,00	33.014,67	36,44%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	143.900,00	42.014,70	29,20%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.036.200,00	638.116,61	31,34%
(-) Rendimentos da ASPS	(13.400,00)	(639,26)	4,77%
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	9.547.599,00	2.908.918,11	30,47%
PERCENTUAL APLICADO - Mínimo 15%	18,70%	15,68%	83,85%

O quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, em abril, era de 109 profissionais, destes, sendo 8 médicos, 5 odontólogos, 20 enfermeiras, auxiliares e técnicas de enfermagem, e 76 demais servidores, como bioquímico, nutricionista, assistente social, psicólogo, farmacêutico, entre outros.

O Município possui 6 Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Apoio, aonde encontra-se o laboratório e farmácia, e a unidade central de saúde.

7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Complementar Municipal nº 033/2006, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões

e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 3.916.748,52, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram liquidações no total de R\$ 3.605.461,45, obtendo-se um resultado **superavitário** de R\$ **311.287,07**, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 40.879.999,52, os quais encontram-se depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 16- RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
RECEITAS CORRENTES	3.281.705,96	2.033.450,42	61,96%
Receita de Contribuições	452.849,17	443.795,83	98,00%
Contribuições de Servidores p/ RPPS	452.849,17	443.795,83	98,00%
Receita Patrimonial	2.532.864,83	1.330.133,58	52,51%
Outras Receitas Correntes	295.991,96	259.521,01	87,68%
Compensações Previdenciárias	295.991,96	259.521,01	87,68%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.901.055,96	1.883.298,10	99,07%
Contribuição Patronal do Exercício	611.042,76	607.171,01	99,37%
Contrib. Previdenciária p/ Amortiz. Deficit Atuarial	1.290.013,20	1.276.127,09	98,92%
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	5.182.761,92	3.916.748,52	75,57%
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
ADMINISTRAÇÃO GERAL	28.466,66	26.259,06	92,24%
Despesas Correntes	28.233,33	26.259,06	93,01%
Despesas de Capital	233,33	0,00	0,00%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.487.476,93	3.579.202,39	102,63%
Aposentadorias	2.902.523,08	3.011.825,94	103,77%
Pensões	441.138,46	431.522,11	97,82%
Outros Benefícios Previdenciários	121.323,08	119.366,88	98,39%
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	22.492,31	16.487,46	73,30%
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	1.613.928,60	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	5.129.872,19	3.605.461,45	70,28%
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	52.889,73	311.287,07	588,56%

APORTES DE RECURSOS PARA PLANO PREVIDENCIÁRIO	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
OUTROS APORTES AO RPPS	219.446,15	249.224,69	113,57%
Repasse p/Pagto Inativos e Pens.e do Poder Executivo	219.446,15	249.224,69	113,57%
BENS E DIRETOS DO RPPS	Saldo Dez/17	Saldo Abril/17	
Disponibilidade Financeira do RPPS	40.274.090,15	40.879.999,52	

9. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário e Nominal foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Margarete Maria Souilljee Wiedthäuper
 Contadora CRC/RS 055056